

POPULAÇÃO OCUPADA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

***Roberto Rodrigues**

No triste cenário de mais de 12 milhões de desempregados no Brasil, os setores da agropecuária e do agronegócio tem sido dos mais conservadores no tema manutenção de empregos. É o que mostra o mais recente trabalho do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) ligado à ESALQ/USP, de Piracicaba, analisando o que aconteceu com o emprego no agronegócio em 2018. Para seus estudos, o CEPEA considera o agronegócio como a soma de 4 segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, agroindústria e agrosserviços.

Com efeito, o total de pessoas trabalhando no agronegócio em 2018 foi de 18,20 milhões, apenas 0,14% menor do observado em 2017, que era de 18,23 milhões. Vale ressaltar que o número total de pessoas ocupadas no país foi de 91,86 milhões, de modo que a participação da PO (População Ocupada) do setor foi de 19,82%.

Em 2018, o pedaço que empregou mais gente foi o de produção agropecuária básica (trabalho nas fazendas), com 45,88% do total, sendo seguido pelo segmento dos serviços (31,81%) e depois pela indústria de transformação, com 21,09%. Os trabalhadores na produção de insumos foram 1,22% do total. Foi demonstrado, dada a relevância de cada um desses segmentos, que foi no "dentro da porteira", isto é, na produção agropecuária, que houve maior queda nos empregos, especialmente em cereais e aquicultura. E paralelamente, observou-se que houve continuação da tendência de aumento do número de empregados sem carteira profissional. Se em 2017 este número já era de 3,01 milhões de pessoas (tendo crescido em relação a 2016), no ano passado ele saltou para 3,12 milhões, um aumento de 3,90%. Mas essa é uma regra para o mercado de trabalho como um todo. Em 2018 o total de empregos informais no Brasil cresceu mais do que o do agronegócio, tendo chegado a 4,24%.

Por outro lado, aumentou em 4,15% o número de empreendedores (que são empregadores) no agronegócio, enquanto o número de pessoas trabalhando por conta própria caiu 0,79%.

O resultado completo do estudo mostra que em 2018 estava assim distribuída a PO no agronegócio: 35,63% de todos os trabalhadores estavam formalizados, com carteira assinada; 32,26% trabalhavam por conta própria; 17,16% eram informais, sem carteira assinada e 4,51% eram empregadores. Um dado muito interessante revelado foi o crescimento do número de trabalhadores com ensino superior completo e incompleto (que ainda estavam estudando), da ordem de 5,70%: saltou de 2,48 milhões para 2,62 milhões, um bom sinal quanto à qualificação da PO do agronegócio. E paralelamente o número de trabalhadores sem instrução caiu 11,36%, comprovando essa melhoria. Aliás, a mesma tendência se observou com a redução de 1,64% de trabalhadores só com nível fundamental de ensino e com o crescimento de 2,36% daqueles com ensino médio. Há, claramente, uma evolução no nível de instrução dentro do agronegócio, o que pode ser um dos fatores que explicam o avanço desse importante setor da economia em relação a outros.

E tal informação está também relacionada à remuneração de quem trabalha no agronegócio. Desde 2012, ano em que se iniciou a série histórica de acompanhamento do Mercado de Trabalho na PNAD-Contínua, houve um crescimento real nos rendimentos dos empregados da ordem de 10,92%, embora o rendimento dos empregadores tenha crescido apenas 1,43% e o dos trabalhadores por conta própria tenha também crescido 7,54%. Portanto, o maior aumento de rendimentos ficou para os trabalhadores, quase sete vezes mais do que aumentou o dos empregadores. Tais dados podem significar uma redução da distância entre uns e outros componentes da PO do agronegócio, o que viria a ser um interessante tópico a acompanhar nesse excelente trabalho realizado pelo CEPEA.

*** Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª segunda-feira do mês**